

ALBERTO TORRES E A RAZÃO CORROÍDA¹

ALBERTO TORRES AND THE CORRODED REASON

Leonardo Sartoretto²

RESUMO

O presente trabalho procura investigar a utilização de uma razão corroída por Alberto Torres em suas análises da realidade brasileira. Valendo-se de um arcabouço metodológico eclético, embora com centralidade positivista, o sociólogo desloca a base econômica dos problemas sociais e restringe a capacidade da percepção humana apenas ao seu aspecto fenomenológico. Desta forma, em que pese exale de seus estudos um esforço por fazer-se um pensador democrático, não consegue oferecer nesse sentido um conteúdo concreto, acabando por germinar uma visão de mundo que viria a servir aos interesses da autocracia burguesa brasileira.

Palavras-chave: Autocracia Burguesa Brasileira. Decadência ideológica. Positivismo.

ABSTRACT

The present work seeks to investigate the use of reason eroded by Alberto Torres in his analyzes of the Brazilian reality. Using an eclectic methodological framework, although with a positivist centrality, the sociologist displaces the economic basis of social problems and restricts the capacity of human perception to its phenomenological aspect only. In this way, although his studies exude an effort to become a democratic thinker, he is unable to offer a concrete content in this sense, ending up germinating a worldview that would serve the interests of the Brazilian bourgeois autocracy.

Keywords: Brazilian Bourgeois Autocracy. Ideological decay. Positivism.

Introdução

Existe ainda hoje uma profunda dificuldade entre os especialistas de chegarem a um consenso sobre a localização das ideias de Alberto Torres dentro do espectro político. Constatam isso obras eruditas como *O caráter Nacional Brasileiro* de Dante Moreira Leite (2002), comentadores responsáveis – e, por isso mesmo, respeitáveis – por tornarem sua obra mais

¹ Este artigo é reprodução parcial da primeira parte de nossa tese de doutorado. Intitulada *Vargas e a razão autocrática: direção política, ideologia e práxis esclarecida na industrialização hiper-tardia brasileira*, o trabalho se encontra na fase final de elaboração, logo ainda não defendido.

² Doutorando em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP de Marília. Linha 3: Determinações do mundo do trabalho. Bacharelado e Licenciatura (2010-2015) em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP de Marília, e Mestrado (2015-2017) em Ciências Sociais pela mesma instituição. E-mail: leonardosartoretto@hotmail.com; leonardosartoretto@yahoo.com.br.

didática como Francisco Iglesias (1978) ou mesmo trabalhos voltados para uma específica sistematização dessas várias interpretações como a dissertação de mestrado, excelente compilado, de Silvia Oliveira Campos de Pinho intitulada *Alberto Torres: uma obra, várias leituras* (2007). Em geral uma falsa dicotomia é estabelecida pra saber se o pensador fluminense figuraria mais como autoritário, e aí questionado como conservador, corporativista ou integralista ou se se assentaria como liberal, em dúvida sobre a predominância do seu traço revisionista ou de mais marcante feição nacionalista.

Em nossa ótima, cremos que essa dificuldade não se deve à incapacidade de penetração desse imenso rol de pesquisadores no pensamento de Alberto Torres. É verdade que se trata aqui de um autor de escrita difícil, truncada e que costuma não se valer de pontos finais, frases curtas e de clareza didática. Contudo, também é certo que há profundas pesquisas que oferecem um panorama precioso de sua visão de mundo, analisadas à luz da contextualização histórica, o que proporciona parte considerável da compreensão da essencialidade dos seus escritos. Nesse ponto, talvez o único onde o consenso exista, o trabalho de Barbosa Lima Sobrinho (1968), *Presença de Alberto Torres: sua vida e pensamento*, é elencado no mais alto pedestal. De nossa parte, poderíamos atribuir lugar de destaque também à tese de doutorado de Adalberto Marson (1975), *A ideologia Nacionalista em Alberto Torres*, importante tentativa de interpretação de suas propostas reformadoras. Figura-se, em outra categoria, as obras escritas por seus fiéis seguidores: Alcides Gentil (1932), *As ideias de Alberto Torres* e Augusto Saboia Lima (1935), *Alberto Torres e sua obra*. Ocorre que mesmo esses mais virtuosos estudos - a pesquisa de Sobrinho contém mais de 500 páginas e 34 capítulos temáticos/históricos - não logram chegar ao busílis da questão ou quando se aproximam, como é o caso do texto de Marson, caem em problemáticos desdobramentos devido ao fato de partir de tipologias arbitrariamente construídas para nelas tentar enquadrar a realidade.

A compreensão de Alberto Torres como um pensador solitário, a frente de seu tempo, como precursor do nacionalismo num tempo onde a subordinação do país aos capitalismo centrais era esmagadora, a indicação de considerá-lo como um pensador que antecipa o fim do ciclo liberal oligárquico antes mesmo de sua crise final na década de 1930, em ressaltar seu aspecto idealista frente ao ambiente escancarado de corrupção dos primórdios da Política dos Governadores e da famosa República do Café com Leite tem jogado uma densa sombra sobre o aspecto mais crucial para o correto entendimento de suas propostas para a direção do capitalismo brasileiro: seu aporte metodológico e a forma como passa, aí sim, pioneiramente a analisar de forma global a realidade brasileira.

Creemos que o debate que parte da dialética entre gnosiologia e ontologia, abordagem lukasciana, é capaz de lançar luz sobre inúmeros aspectos essenciais do pensamento de Alberto Torres. Desta maneira ficaria indicado sua exata articulação nas relações conflituosas de classes, revelando igualmente como o conhecimento é sempre um instrumento para intervenção prática. Os expedientes utilizados por Alberto Torres para captar o conteúdo da realidade brasileira e a potencialidade da racionalidade humana mantidas sempre aquém da sua natureza essencialmente social revelariam uma abordagem gnosiológica, e por mais críticas que fossem ao conteúdo autocrático da burguesia brasileira, demonstrariam a capacidade de transformar apenas sua forma de dominação, mas não sua substância.

Este artigo pretende demonstrar concretamente a validade da máxima lukasciana, resgatada de Marx, que afirma não existir visão de mundo inocente e de que o conhecimento serve sempre, direta ou indiretamente para intervir na realidade. Alberto Torres, assim fornece um exemplo muito singular de como investigar pensamentos sociais em períodos de crises de transição.

Alberto Torres e seu tempo

Alberto Torres (1865-1917) cresceu em meio a um dos períodos mais turbulentos da vida política brasileira. É certo que se pode afirmar que não há entre nós período que não possa assim ser aproximado analiticamente. Porém, experienciar já a partir dos 16 anos uma campanha republicana, ainda em meio a semissecular tutela monárquica do poder coordenador de D. Pedro II, acompanhando de perto os debates pelo futuro dos escravos negros, então propriedade e capital dos grandes fazendeiros do café, presenciando golpes e insurreições políticas numa república que já nascia instável, e conhecendo uma massiva imigração de elementos europeus que acarretava profundas alterações na postura político-ideológica dos trabalhadores, não é cenário pequeno para grandes personagens históricos. O pensador fluminense ainda teria a oportunidade de ser governador (então designava-se como Presidente também este cargo) do seu estado, Rio de Janeiro, no exato mandato em que Campos Salles inauguraria a chamada política dos governadores como Presidente do País e sofreria uma tentativa de Impeachment por uma questão tão rasa - porém bastante costumeira para a classe dirigente de então – como aquela de se negar a assumir uma responsabilidade que não era sua como membro do executivo: a dualidade das câmaras municipais, sendo, pois, tarefa das próprias assembleias a verificação dos poderes (SOBRINHO, 1968).

Alberto Torres é, assim, profundo militante de ideias reformadoras e republicanas durante a maior parte de sua vida. Foi com a prática política que se preocupou largamente. Após o amplo período em que se tornou homem responsável pela interpretação da constituição, sendo nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal (1901-1907), pela quantidade de trabalho técnico que o cargo lhe exigia, viu-se obrigado a pedir afastamento para tratar da sua saúde, debilitada profundamente. Recebe a confirmação da aposentadoria aos 43 anos de idade (1909), portanto, muito cedo, e somente assim consegue dedicar-se mais detidamente a produção sistemática de livros. Com essa rica trajetória de passagem pelo Legislativo, Executivo e Judiciário é que se debruça para sintetizar a melhor parte de suas ideias.

Esboçar estes traços de sua biografia se reveste de fundamental importância para entender porque essa produção ocorre apenas em período avançado de vida, mas com a vantagem de levar em conta o saldo de toda uma vasta e profunda experiência do conturbado meio político e social brasileiro. Não por acaso o grosso dos artigos que compõe a sua principal obra foram escritos durante a campanha presidencial de Hermes de Fonseca em 1909-1910, então a primeira reação contra a política oligárquica. Se seus livros são tardios, eles só podem ser entendidos a luz daquele processo de sua carreira político-jurídica, na medida em que lhes foi resgatando elementos dela que consolidou suas ideias sociais.

Alberto Torres é originário de um tempo e lugar bastante expressivos no percurso da economia brasileira: do período da decadência dos cafezais do Vale do Paraíba que via os capitais dali fugirem, após esgotada a fertilidade do solo, deixando “cidades mortas”, para usar uma das expressões de Monteiro Lobato (1921). A impressão dessa decadência era sentida simultaneamente a ascensão fulminante do setor paulista cafeeiro. Porto de Caxias, local onde nascera em Itaboraí, desaparecera como entreposto comercial nesse processo. Pode o intelectual, assim interessado, estudar ao longo de sua vida, o problema do café - problema econômico por excelência de então -, e perceber como um dos poucos ramos que eram constituídos, senão única, pelo menos predominantemente por brasileiros, era engolido pelas casas exportadoras estrangeiras. Ascensão rápida e mais rápida ainda decadência estão presente desde muito cedo na vida de Alberto Torres. É verdade que pôde acompanhar a primeira grande reação para valorizar a produção brasileira de café, no Pacto de Taubaté em 1906. Considerá-la, contudo, fugaz, não duradoura, incapaz de persistir no tempo.

Pode-se dizer que toda sua trajetória, experiências políticas em postos oficiais, cargos jurídicos que lhe ofereciam a possibilidade de ter um contato mais íntimo com a aplicabilidade

da Constituição de 1891, estudos de caso que teria oportunidade de promover *in loco* sobre as tratativas de paz das potências mundiais,³ que já entravam em guerras imperialistas – condição mundial que tardaria a aceitar em suas preocupações idealistas de manter a paz entre as grandes nações -, em suma, o saldo de todo esse olhar, levou Alberto Torres a constatar de forma inequívoca que nada havia no Brasil, diante de um cenário externo agressivo e beligerante, que se pudesse designar como uma Nação. O pensador fluminense passaria então a defender tenazmente que a sociedade entre nós sequer havia se desenvolvido, e que no Brasil de seus dias o “mérito não tem estímulo, o trabalho não tem valor, a produção não tem preço, as fortunas não tem garantia, o povo não tem opinião, o cidadão não tem voto, os espíritos não tem ideias e as vontades não sabem mover-se” (1978a, p. 44). Difícil encontrar descrição mais desoladora na literatura de nossos pensadores republicanos. Exatamente com essa convicção de que na realidade brasileira tudo estaria por se fazer é que o autor se põe a elaborar seus livros, poucos é certo, mas condensando todas suas propostas, que passava a inserir na busca hercúlea, como gostava de ressaltar reforçando a abnegação de um espírito que não teria limites em sacrificar-se pelo bem da nação, da reversão desse curso degradante.

Como se pode notar, Alberto Torres é ferocíssimo crítico do estado de coisas da Primeira República brasileira. Ao começar a compor seus principais livros já tinha consciência da natureza do regime republicano, que o havia desiludido da possibilidade de que fosse aplicável a Constituição e 1891, a qual lutaria por reformar. Possuía, assim, um preciso esclarecimento de que a política dos governadores criada no período presidencial de Campos Salles (1898-1902) consistiu em ser um “sistema pragmático-jurídico” dentro de uma estrutura “jurídico-pragmática” que foi a descentralização federativa de 1891, criando, assim, uma “fórmula de consolidação e permanência dos grupos que estivessem no poder, sem permitir qualquer abertura as oposições” (CARONE, 1970, p. 296). Segundo a geração de discípulos que lhe seguia, sua maior preocupação era debater problemas, uma vez que estes eram entendidos pelo autor de *A Organização Nacional* como representações concretas de uma necessidade, daí sua preocupação somente com ideias que pudessem ser aplicadas na prática (GENTIL, 1932). O teor dos males apontados e o constante apelo para o conhecimento da realidade nacional,

³ Como nosso estudo se refere à metodologia aplicada por Alberto Torres para captar a realidade brasileira e as ideias que daí retira, o enfoque se mantém nas duas obras principais, *A O problema nacional brasileiro* (1978a) e *A organização Nacional* (1978b). Além de suas referidas obras máximas, o sociólogo também produziu dois livros sobre a situação mundial, denunciando os perigosos que uma guerra traria à civilização mundial. Lutando neles, portanto, pela paz, escreveria, significativamente em francês, para que um público maior do mundo tivesse condições de lê-los, *Vers le paix* (1909) e *Le problème mondial* (1913). O objetivo fundamental de ambos seria demonstrar a necessidade de impor, mediante organismos reguladores da ordem, a paz mundial (IGLESIAS, 1978a).

contudo, não nos devem cegar para o principal aspecto da obra de Alberto Torres, conforme queremos defender aqui. É principalmente nas propostas apontadas como reveladoras da “razão” brasileira, ou seja, em seus indicativos metodológicos, que o sociólogo fluminense se caracteriza singularmente nas ideias sociais de nossa história. Vejamos isto de forma imanente.

Alberto Torres e suas ideias

A orientação geral para esse itinerário traçado é socrática: “nosce te ipsum” (TORRES, 1978b, p. 62) (conhece-te a ti mesmo). Mas por quais caminhos, perguntaríamos? Eis então que o autor responderia fazendo uma diferenciação ao apontar uma “ciência de laboratório, com que espíritos fantasistas, por um lado, e espíritos mercantis, por outro, esforçam-se (...) por substituir as criações naturais por criações de síntese” (1978a, p. 111). Estes, à maneira de alquimistas, creem ser possível inventar remédios sociais milagrosos. Enganam-se irremediavelmente. A ciência nada teria de providencial, “a ciência não inventa, não cria, não fabrica”, toda sua capacidade “realmente racional, realmente científica (...) deve consistir em conhecer, aprofundar e analisar, os métodos os processos, os modos e as leis de desenvolvimento, da reprodução e da transformação, para auxiliar as sínteses naturais”, mas jamais para criar soluções. Do contrário, só se chega ao “desequilíbrio das forças físicas ou econômicas, da Terra e do homem” (1978a, p. 111).

Negando esta saída inventiva, Alberto Torres inicia a indicativa do caminho correto. A ciência social que verdadeiramente encontra as realidades de povo consiste em fazer a nação acamar-se em seu leito natural, este pode ser elencando como o lema torreano. Não deve, como foi dito acima, criar, mas *perceber*. Trata-se de “um estado de consciência e um impulso de instinto: o chamado espírito nacional dos povos” (1978a, p. 50). Em palavras mais simples, trata-se de conhecer a natureza de um povo e de uma nação pela observação direta. Apenas pela experiência é que poderíamos chegar ao conhecimento efetivo de nossa realidade. Ver os fatos sociais significa que “o homem moderno resulta, muito mais diretamente, do meio que habita, e principalmente, da sociedade que o cerca”, daí o acerto de Ratzel de ter afirmado que não são os dotes nem os impulsos congênitos que determinam a diferença entre dois grupos de uma mesma civilização, mas sim os “fatores mesológicos e sociais” (1978a, p. 30).

Aos dias de Alberto Torres estaríamos “ainda, em assuntos de medicina social, em fase terapêutica” (1978a, p. 52), daí ser também “a eterna pergunta sobre a realidade, ainda hoje

insolvida” que atormentava o homem: “onde, então, a chave da verdade: a explicação do senso, a origem da razão, o impulso e movimento da vontade?” (1978a, p. 25). Se os primatas respondiam com a criação de Deuses, no século XX o político já era capaz de arrolar uma síntese indicativa daquilo que considerava como “razão de um povo”, pois em sua percepção ela só se formaria “com o conhecimento de seus interesses; sua energia só se educa com a prática firme de um programa de soluções: aquela depende de estudo, como esta de hábito; estão as duas subordinadas à consciência da realidade objetiva da terra habitada” (TORRES, 1978, p. 69).

A aplicabilidade deste critério, segundo Alberto Torres, poderia nos demonstrar, que haveria uma profunda diferença entre nações antigas e povos colonizados. Nos povos de mais longevidade civilizacional, naqueles que formaram suas agremiações civilizatórias, fundindo-as com o seu habitat, enraizando-as na terra, o progresso social “nos países de longa evolução normal, são, assim, produto de elaboração vagarosa e lenta, semelhante, por exemplo, à ação dos fatos físicos, químicos e mecânicos, que serviram para compor as partes geológicas da crosta da terra” (1978a, p. 41). O que não deveria, contudo, ser considerado como evolução normal da vida social seria a formação de colônias e as conquistas que se autoproclamam como “descobrimientos”. Tais são, antes, “fatos imprevistos e mutações gigantescas” (1978a, p. 42), gerando imensas crises e anomalias no desenvolvimento da cultura humana.

A estas nações criadas remotamente não se apresenta aquele problema fundamental que tantas aflições causa aos povos novos, e isso “pela mesma razão porque os herdeiros de grandes fortunas desconhecem o problema da subsistência e cada indivíduo desconhece o problema da formação estrutural do seu organismo” (1978a, p. 42). Governos que invadem outros territórios e sobre eles determinam uma posse artificial, conquistando povos e territórios sobre os quais não arraigaram sua sociedade e dela não extraem o conhecimento da realidade para realizar construções, esses governos apenas exploram, mas não tem a qualidade de fundar nações. Por desdobramento, esse raciocínio leva Alberto Torres a conclamar que essas nações coloniais “são improvisos sociais do acaso”, nelas “o fato resultante da forma peculiar da sua exploração, é que a sociedade não chega jamais a constituir-se” (1978a, p. 42). Eis porque *o problema nacional* (conforme o autor faz questão de grifar) só se apresenta às nações novas: “os povos novos carecem de constituir artificialmente a nacionalidade” (1978a, p. 43).

Mais do que artificialidade, é preciso que “tenhamos em mente que as nações não se formam espontaneamente em nossa época: são construídas por seus dirigentes” (1978b, p. 132).

As consequências desse postulado são imensas. Em princípio, mesmo com séculos de existência, tudo entre nós, ao tempo de sua existência, pela natureza de povo de colônia, ainda estaria por ser feito. Eis porque há em Alberto Torres uma ojeriza por aqueles que querem destruir, os demolidores. Por isso, se devemos repelir o liberalismo do *laissez-faire* no plano econômico, aliado da exploração imperialista, devemos igualmente rejeitar seu plano filosófico, e isto por uma dupla razão, por ser “perito na destruição”, excessivamente crítico, mas também pela incapacidade organizativa, “afinal doutrinários arquitetavam sistemas e planos definitivos de construção social, só com isto desprestigiados no juízo de espíritos práticos” (1978a, p. 34). Entenda-se aí a crítica não só aos sistemas lógicos e dialéticos da filosofia alemã, de Kant a Hegel, mas do iluminismo como um todo.

Aqui aparece o elemento mais importante que Alberto Torres pretende oferecer aos investigadores da realidade brasileira: que a mais grave forma pela qual as enfermidades nacionais se manifestam é a aceitação, a cópia e a aplicação de ideias, sistemas e fórmulas que nada tem a ver com a realidade brasileira. Esse patriotismo que se pode ver aos montes nos dias de Alberto Torres seria um patriotismo “litúrgico” ou dos “protocolos”, e corroboraria imensamente para o adoecimento do povo, pois “a substituição das imagens e dos símbolos, às realidades, é sinal de enfraquecimento do espírito” (1978a, p. 126).

Nesse sentido, é valioso arrolar a contribuição de Barbosa Lima Sobrinho quando analisa as influências do pensamento de Alberto Torres. Conforme o historiador, qualquer análise de suas obras deve ter em mente a posição do sociólogo “quando procura, não a inspiração da filosofia crítica do Século XVIII, mas as linhas gerais de uma política orgânica, visando à unidade espiritual” (SOBRINHO, 1968, p. 319). Por isso, se o autor não descarta de todo a categoria de razão, o faz de forma a atribuir a ela a função de um “cartesianismo”. Percebe também a mescla que é realizada com elementos de Henri Bergson, mais especificamente na distinção entre inteligência e intuição, tomando de empréstimo o uso desta como “o desenvolvimento do instinto” – filiação que o analista sugere não como subordinação, mas “afinidades espontâneas e irrecusáveis” (SOBRINHO, 1968, p. 329). E ressaltando que Alberto Torres toma para si a espinha dorsal da filosofia de Augusto Comte, a lei dos três estágios, e principalmente, a moral como inspiração (e não aspiração), onde se faz presente durante todo o percurso do pensamento, orientando-lhe e determinando a direção que a ação deve tomar, constata sobre a filosofia positivista de mundo que figura “se não de uma presença permanente, ao menos de uma leitura atenta, que havia cavado sulcos profundos (...) numa

assimilação tanto mais expressiva quando exclui o propósito de um proselitismo ou a procura de modelo ou de inspiração” (SOBRINHO, 1968, p. 321).

E sobre esse fato - a espinha dorsal positivista do pensamento de Alberto Torres - o próprio pensador faz questão de tecer comentários, para definir melhor sua visão de mundo. Contudo, podemos perceber também que a presença da lei dos três estágios aparece em Alberto Torres numa ressignificação própria, como que aplicada singularmente, adaptada à problemas muito específicos:

o espírito humano evolui do estado imaginativo e inventivo, para o positivo, na razão direta do desenvolvimento da razão e na inversa do império das necessidades. O homem e a sociedade sonhavam e criavam soluções, quando obedeciam a necessidades concretas e materiais; observam e raciocinam, á proporção que tem necessidades mais complexas e espirituais. Este princípio pode ser ainda formulado desta outra forma: o espírito humano evolui do imaginário para o positivo, e do emotivo para o racional. Resulta disso que se os fenômenos sociais escapam ao domínio calculável, a evolução humana apresenta-se exatamente oposta à lógica que lhe permitiria traçar a rota no passado, por isso que se afasta do domínio da razão e da experiência à proporção que se distancia, nas primeiras idades. O progresso é o restabelecimento da evolução, na vida social, pela coordenação dos fatos psíquicos com os fatos físicos, graças à revelação e interpretação racional da experiência. (TORRES, 1978b, p. 156)

Na condição da compreensão desta passagem, uma das mais truncadas e difíceis de desvendar, revela-se em sua profundidade a estrutura lógica do pensamento de Alberto Torres. Podemos retirar daí que o autor aí promove uma hierarquização dos problemas da humanidade e coloca aqueles espirituais, e entre este o da formação da nacionalidade, como os mais fundamentais da existência dos seus dias. Se não conseguimos calcular os problemas de nossa realidade, jamais conseguiremos retomar seu traço evolutivo natural, interrompido pela conquista colonizadora. A racionalidade estria em perceber, pela experiência da observação das realidades diretas, a realidade geográfica, mesológica e do meio social. Adaptar não é, pois, uma tarefa do instinto. A este cabe sentir para perceber, pois “o conhecimento dos fenômenos da vida humana e da sociedade depende de faculdade e de métodos psíquicos e lógicos, ainda não estudados pela ciência” (TORRES, 1978b, p. 157).

Por isto, para Alberto Torres, não existem uma filosofia, uma ciência, uma arte ou uma política. Em si todas estas disciplinas são “sistemas de abstrações e de conceitos, que nada dizem ou nada realizam”, o que existem são formas e processos autônomos de viver, isto é, são filosofias, ciências, artes e políticas que se “adaptam”, se “vitalizam” como os verdadeiros motores da vida real, “nervos e sangue, da nutrição e da vontade de um povo” (1978a, p. 29). Assim, elas são faculdades práticas e também cada povo tem a sua. Daí o foco integral do autor em procurar mecanismos que desvendem a “razão” da realidade brasileira.

A racionalidade só entra na atividade diretiva. A política, assim, se torna uma arte. Ela entra “no estudo dos dados supridos pela observação da terra e do homem, no tempo e no espaço” (1978b, p. 157), é aquela que, só após observação e verificação pela experiência da terra e da sociedade, que só após o estudo racional dos dados que esta anterior faculdade revelou, se forma como a o aspecto capital de todo o processo. É por isso que a política é a síntese de todas as outras artes, a arte mais difícil, e também a mais incompleta e a mais imperfeita, “arte nuclear de todas as outras, arte de coordenação e de harmonia, arte central, destinada a envolver, a ligar, a impulsionar, a superintender, o funcionamento das demais (TORRES, 1978b, p. 151). Admite-se, pois, que passe a existir uma “arte política” apenas quando os dados sobre os quais ela deve se debruçar para reencontrar a linha de progresso natural - o conhecimento profundo e factual da realidade – estejam assentados nos espíritos que observam a vida social.

De acordo com isto, não seria uma política empírica, como até então haveria existido, aquilo que defende Alberto Torres. Também não se trataria de uma política de força, aquela que quer obrigar os fatos a caberem em gaiolas e formas que não foram feitas para as realidades às quais se desejam aplicar, e nem da força que engendraria o comando. É uma política orgânica, aquela que não copia, nem cria instituições, mas faz “surgir dos próprios materiais do país: traduzir em leis suas tendências, dando corretivo a seus defeitos e desvios de evolução” (TORRES, 1978b, p. 168). É uma política que procura aproximar o homem da própria vida em geral, pois procura “soluções evolutivas”.

Desta maneira, as ciências sociais estariam seguindo o caminho contrário ao que deveriam ser, onde poderiam ser utilizadas como instrumentos da razão aplicáveis aos dados da experiência: “Não há, nem haverá, jamais, provavelmente, uma “ciência social”, nem uma “ciência política”, pois a aproximação das nossas realidades pela experiência irá “demonstrando que as aplicações da “ciência” à prática são, em grande número de casos, ilusões da nossa visão espacial ou temporal, o que não obsta à possibilidade da solução racional dos problemas humanos” (1978b, p. 180). O destino a que se lhes atribuem atualmente seria o de formar categorias sistemáticas de conhecimentos, capazes de gerar regras fixas, coroando-se numa disciplina de ideias demonstrativas de lógica. Nada mais equivocado para Alberto Torres. O medo de que a intuição e a empiria fossem excluídas como instrumentos de conhecimento leva Alberto Torres a descartar a existência de uma Ciência Social como disciplina epistemológica. Por isso pôde Barbosa Lima Sobrinho assinalar com precisão que o que “há de mais profundo na Sociologia de Alberto Torres é o seu horror ao sistemático, o medo de deixar escapar uma

realidade complexa e multifária pelas malhas de teorias demasiadamente apressadas, insuficientes ou temerárias” (1968b, p. 328).

Eis a indicação do caminho metodológico – feito numa linguagem pouquíssimo acessível, nunca é demais ressaltar este fato - que deveria ser percorrido se se desejasse salvar o Brasil de um destino ao qual estivera atrelado desde o nascimento, o de colônia. Faleceria em 1917 Alberto Torres entristecido, politicamente indignado, mas profundamente convencido de ter encontrado o método capaz de captar a realidade nacional subjacente e reestabelecer a evolução brasileira interior, razão então comprimida:

Esse fato, esta realidade, este flagrante, este corpo de delito, este axioma, esta verdade patente e intuitiva; isto, a que os juristas chamariam prova provada, por confissão e testemunhas de vista; esta demonstração matemática; esta coisa corpórea, material, visível, sensível, tangível; este indiscutível, este absoluto, esta certeza, esta evidência, esta afirmação e este reconhecimento, patentes, insofismáveis, iniludíveis, formados com o abc das certezas mais elementares e irrefragáveis da política internacional, precisos, rigorosos e inflexíveis como o $1 + 1$ da primeira verdade aritmética, este assalto às escâncaras... isto é coisa que não deve oscilar, na consciência de nenhum brasileiro, que não deve permitir um minuto de tolerância ou de adiamento. (TORRES, 1978a, p. 120-121)

O esclarecimento de seus próprios interesses, obtidos assim pelo método da observação direta da realidade, objetivo, destituído de pré-noções que a ciência, incapaz de captá-los em suas fórmulas temerariamente generalizantes, costuma empregar de antemão nesse processo, tal seria, segundo a visão de mundo do autor de *O Problema Nacional Brasileiro*, o caminho para ouvir a reação da consciência nacional e compreender a razão nacional.

Razão corroída e abordagem gnosiológica

Podemos constatar logo de saída, conforme demonstrado acima através de uma investigação imanente, que os postulados de Alberto Torres para a abordagem da realidade social, em que pesem conformarem um corpo eclético, contêm um núcleo central positivista. E isto importa nas maiores consequências. Embora as análises sobre o jurista sempre apontem essa influência em suas teorias, raras são as ocasiões em que chegam a compreender o real significado do positivismo enquanto conjunto conceitual para o conhecimento da essencialidade dos problemas do mundo dos homens. É nesse ponto que nossa investigação pretende avançar contribuições.

Torna-se imperioso ressaltar que a insistência em apontar a observação direta da realidade como fonte fundamental de acesso ao seu conteúdo, destituída de “preconceitos”

estranhos à mesma, indica sua adesão ao fisicalismo positivista. Lembremos aqui que o nome que Augusto Comte (1973) dava à sua nova ciência era exatamente Física Social. Embora não tenha sido o responsável de fato pela elaboração do positivismo, pois antes dele Condorcet e Saint Simon já o empregavam com uma carga negativa, própria da crítica iluminista contra o Antigo Regime feudal, Augusto Comte irá romper com esses dois importantes pensadores dos quais era discípulo. Entendendo precisamente que essa “filosofia social” que deveria apropriar-se dos métodos de investigação das ciências naturais para pensar a sociedade precisa voltar-se mais para estabilidade social, Comte teoriza que o método positivo precisa se afastar do negativismo, pois sua natureza crítica representaria ideias anárquicas e dissolventes da sociedade. Por isso é em Comte, e não no enciclopedista Condorcet ou no socialista utópico que fora Saint Simon que o positivismo se constituiria efetivamente ideologia (LOWY, 2009).

Entendia o escritor do *Discurso sobre o espírito positivista* (1973) que este seria finalmente o estágio gerador de ordem e progresso, em contraposição ao estado teológico mantenedor da ordem, mas incapaz de promover o progresso, e do metafísico, impulsionador do progresso sem a correlata faculdade de conservar a ordem. Sua literatura publicista, como bem observa Evaristo de Moraes, afirma constantemente que “é preciso acabar a Revolução de [17]89, reorganizando a sociedade” (1978, p. 9). Em contrapartida, nesse novo campo das ciências sobressai a postura metodológica de abandonar o “por quê” das coisas, descartando precisamente o saber causal do campo próprio às pesquisas sociais. Daí a máxima de que o verdadeiro estado científico da humanidade, o positivismo, deve se limitar a observar os fatos e deles extrair leis positivas como conhecimento.

Cabe apontar aqui o fato de que já em Descartes – que para Comte, ao lado de Galileu e Bacon, é um dos principais fundadores do que designa de Filosofia Positiva – existiu o desejo de pensar a filosofia a partir de um método límpido e claro, ou conforme expôs no seu segundo *Discurso sobre o método*, “o meu desideratum, contudo, foi somente procurar reformular os meus próprios pensamentos e construir sobre um alicerce todo meu (...) a simples opinião de libertar-se de todas as opiniões” (s/d, p. 21). Essas reflexões, que teriam resultados em convicções racionais, a chamada “certeza de si da consciência”, geraram erros que acabaram por fortalecer a concepção subjetivista de mundo, isto é, aquela que prioriza o sujeito como polo central do conhecimento, que diz que é o sujeito que organiza o objeto na tarefa do conhecimento da realidade. Por isso, a consequência mais problemática para o racionalismo foi que “Descartes confunde, imediata e simplesmente, a clareza e a distinção das representações com a sua evidência” (KOFLEER, 2010, p. 18).

Ora, segundo a racionalidade dialética, aquela que Lukács retoma resgatando as contribuições lógicas de Hegel, mas principalmente as ontológicas de Marx e Engels, e que diz respeito à própria regência do mundo real, isto é, da contradição da realidade consigo mesma, do seu continuum vir-a-ser, a verdade das coisas não se apresenta imediatamente à percepção humana, sendo necessário um *desvio* (*detour*) para alcançá-la. A Física Social, desta maneira, ao se manter preso ao aspecto fenomenológico do mundo promove um reducionismo na relação dos dois polos da teoria do conhecimento, que só dialeticamente podem servir como explicação da realidade. Na profunda organicidade existente entre sujeito e objeto, segundo Marx, cabe prioridade ontológica aos objetos do conhecimento, pois a ciência deve organizar sua cabeça segundo as leis dos objetos do mundo. O positivismo, ao contrário, hipostasia a aparência e faz dela a única forma digna de conhecimento, louvando o mundo da pseudoconcreticidade:

o fisicalismo positivista é responsável pelo equívoco de ter considerado uma certa imagem da realidade como a realidade mesma, e um determinado modo de apropriação da realidade como o único e autêntico. Com isso ele negou a inexauribilidade do mundo objetivo e sua irredutibilidade à ciência, que é uma das teses fundamentais do materialismo; e em segundo lugar empobreceu o mundo humano, por ter reduzido a um único modo de apropriação da realidade a riqueza da subjetividade humana, que se efetiva historicamente na práxis objetiva da humanidade. (KOSIK, 1976, p. 31)

Absolutizado assim o aspecto externo da realidade, da práxis utilitário-cotidiana o método do qual se utiliza Alberto Torres resvala para um profundo subjetivismo. Na medida em que as formas epidérmicas, a legalidade aparente – de fato importante, de fato o caminho pelo qual o homem tem necessariamente de orientar-se no mundo – desliga-se de sua essência, o positivismo revela a função que passa a cumprir para com o conhecimento da verdade do mundo dos homens.

Crer que no processo de conhecimento cabe ao sujeito o polo do conhecimento, a regência do processo cognitivo, é o mesmo que crer que o ponto de partida para a resolução das questões do conhecimento é o exame da razão, sua maior, ou seja, quais regras e procedimentos são necessários para conhecer a realidade. A resposta de Alberto Torres é fisicalista: o método da observação direta, da experiência. Trata-se aí de um ponto de vista gnosiológico, logo enganador. Isto se dá porque uma perspectiva gnosiológica nega a existência em si mesma de uma prévia resposta àquela que é a pergunta mais fundamental: que é a realidade? Esse ponto de vista ontológico defende a necessidade de compreender não apenas os elementos empíricos dessa realidade, mas fundamentalmente, pois anteriores, mas os que perfazem sua essência, suas determinações mais gerais.

Muito mais do que negar que a realidade histórico-social é composta por classes sociais estruturalmente antagônicas, que lutando entre si como motor da história a dinamizam, o ponto de vista gnosiológico do fisicalismo positivista retira do homem seu estatuto ontológico, sua categoria fundante como ser social: o fato de que é o trabalho enquanto transformação da natureza o responsável pela passagem do ser orgânico e biológico ao ser social, e de que, já nesta operação fundante, é a consciência que representa o elemento específico desse salto ontológico (MARX, 2010). Retirar da teoria do conhecimento que, diferentemente do mundo natural, é o próprio homem que cria sua realidade social, sempre sob condições determinadas, pois herdadas do passado, significa regredir a análise da ação humana ao viés de sua competição com o ambiente, e tornar a consciência nada mais do um “epifenômeno biológico” (LUKÁCS, 2009, p. 229), vale dizer, como fruto do mundo físico, de suas realidades mesológicas, geográficas, como determinação direta e mecânica de seu habitat. Não é outro o sentido do chamado constante à realidade brasileira por Alberto Torres, definindo a constituição liberal federalista (1891) como importada de outras realidades, como doutrina estranha, como idealismo que não condiz com a psicologia do povo brasileiro.

Por isso, as contribuições genéticas que Comte ofertará àquilo que mais tarde será conhecida como Sociologia nascem já dentro de um quadro bastante organizado de divisão das formas de conhecimento, cumprindo um papel específico no espectro das especializações científicas correspondentes à intensa divisão do trabalho que o capitalista gesta.⁴ Mais especificamente, a Física Social é das primeiras e mais fundamentais formas de manifestação daquilo que Lukács, depois de Marx, elencou como “decadência ideológica da burguesia” (1968). A filosofia positivista se constitui no momento onde a reação feudal ainda se faz sentir, procurando reverter avanços revolucionários da burguesia, mas também passa a vivenciar os

⁴ Diante da natureza do artigo, não temos condições de expandir a análise para o vasto campo de formação das ciências modernas. Contudo, indica-se a proficuidade de compreender o fisicalismo positivista, enquanto como espécie de coroamento do processo de especialização das ciências. Ao ser o pontapé inicial da formação da Sociologia enquanto disciplina, que mais tarde se desdobrará em tantas outras subdisciplinas, e que só em Durkheim encontraria a instituição como matéria acadêmica, a Física Social de Comte responde aos mesmos pressupostos da visão gnosiológica de mundo das ciências moderna na medida em que compreende o homem como ser natural (contratualismo, liberalismo jusnaturalista, direitos naturais, categorias da economia clássica que veem o homem como prolongamento do mundo natural, egoístas em luta constante entre si, e daí as categorias como concorrência, satisfação dos apetites, apropriação, propriedade privada como direito natural, etc.) resultaria que “a ação humana, na medida em que era constituidora da sociedade, teria sua expressão propriamente dita apenas no âmbito da subjetividade, ou seja, no âmbito da política, do direito, dos valores, da educação, da arte, da filosofia, não no âmbito da estrutura fundamental, vale dizer da economia” (TONET, 2013, p. 35). Portanto, para o positivismo fisicalista, tanto quanto para a ciência moderna, não caberia sequer tentar modificar algo que é dado pela natureza, indissolúvel pela própria estrutura do ser. Procurar transformar essa estrutura econômica é cair na barbárie, destruir a própria civilização, pois como se sabe, para a filosofia de mundo burguesa a propriedade é um atributo natural do ser e por isso deve ser protegido a todo custo.

primeiros movimentos de organização de um novo ator social: o proletariado. Portanto, vem à tona com uma dupla frente de luta: a necessidade de promover o progresso, barrando as tentativas de restauração da antiga ordem, mas tendo que limitar este progresso unicamente à burguesia, afinal, lembram-nos Marx e Engels (2010), toda concessão progressista que a burguesia faça após 1848 aos operários será usada contra ela para avançar ainda mais por este que agora é o sujeito que porta a capacidade da emancipação humana.

Detenhamo-nos um instante no significado profundo dessa “decadência ideológica”. Qual o motor de sua existência? O mesmo que dinamiza a história, ou seja, é a luta de classes, o amadurecimento das contradições e a tomada de consciência dos interesses pelos grupos sociais que compõe a sociedade. Nesse sentido, após a conquista do poder, a burguesia perde a opção de lutar integralmente pela verdade, pelo conhecimento dos problemas fundamentais que compõe a vida dos homens. Trata-se de uma demanda real de sua situação de dominação. Diante dos conflitos sociais que surgem no terreno de sua exploração, as duas únicas alternativas que efetivamente estão disponíveis à burguesia e sua filosofia de mundo são: “a primeira delas é reduzir e empobrecer a razão, para que o reino da burguesia possa continuar aparecendo como o reino da razão; a segunda delas é considerar a realidade irracional” (LUKÁCS, 2009, p. 42), sendo a terceira, aquela descoberta por Hegel de colocar as contradições no centro da filosofia social e da história, obviamente inconciliável com a realidade brutal da exploração burguesa estrutural e insuprimível dentro do sistema capitalista. Assim, mesmo que, por sua própria natureza sociológica, existam constantes críticas à situação social do proletariado e das classes subalternas em geral, encontrar-se-á nestes pensadores apenas o subjetivismo como solução prática para remediar tais males, jamais existindo menção ao problema da base econômica.⁵

⁵ A título de aprofundamento, vale apontar as lamúrias de Alberto Torres, resgatadas de um artigo por Barbosa Lima Sobrinho, indignado com o nacionalismo expresso por seus contemporâneos mais com as vítimas distantes e estrangeiras da Primeira Guerra Mundial do que com a população de seu país: “E todo esse interesse e entusiasmo pelo que se passava longe do Brasil vinha de brasileiros que se exaltavam contra as atrocidades germânicas, e não tem um gesto de comisseração e não praticam um ato de socorro pela gente de sua terra que morre no Ceará, vitimada pela seca, e pelos milhões de miseráveis que a política de exploração, de colonialismo e de imperialismo vai multiplicando em seu País. (...) Estou convencido de que, nas senzalas, a escravaria chorava com brados muito mais altos e gestos de muito maior desespero o sofrimento e as mortes da casa-grande. Os perigos e os pleitos da casa-grande” (SOBRINHO, 1968, p. 448-449). Agora compare-se com este de Comte, formulado em sua juventude, com apenas 19 anos, em 1817: “A miséria pública é enorme em Paris; o pão é muito caro, e receia-se mesmo que venha a faltar. Não se pode dar um passo na rua sem ter o coração partido pelo aflitivo quadro da mendicidade; a cada instante encontram-se operários sem pão e sem trabalho, e com tudo isso, quanto luxo! Quanto luxo! Ah, como é revoltante, quando a tantos indivíduos falta o necessário absoluto! A despeito da aflição geral, o carnaval ainda é bastante alegre, pelo menos, há muitos bailes, públicos e particulares. Ouvi mesmo dizer por pessoas bem sensatas que se dançou neste inverno como nunca. Quanto a mim, não posso imaginar como uma gavota ou um minueto façam esquecer que mais de trinta mil seres humanos não tenham o que comer. Não posso imaginar que se seja tão indiferente. A ponto de se divertir loucamente em meio a todos esses desastres. Os governos não se incomodam de maneira alguma com esta frivolidade, porque, segundo a observação judiciosa que

Como necessidade estrutural, como imposição da situação de classe, os requisitos mais fundamentais que compõem a interpretação dialética da história precisam ser, paulatinamente, descartados. E mesmo sendo manifestação da vanguarda da burguesia quando se torna conservadora, a filosofia positivista (por isso se trata de uma razão corroída, mas ainda uma razão, e não o seu descarte sumário como se verá no período imperialista das grandes potências e de suas reações fascistas) de mundo já as contém de modo satisfatório. O ineliminável estatuto social, o estatuto humanista e a indicação da base econômica - seu inescapável lócus do trabalho humano - das relações sociais de produção são sumariamente desconsiderados pela miserável razão burguesa (COUTINHO, 2010). Novamente aqui se explicitam os motivos pelos quais a Sociologia encomenda seu método de análise dos problemas sociais não á dialética, encampada e desenvolvida por Marx, mas os toma de empréstimo das ciências naturais, conforme mais tarde definirá Durkheim (1973) considerando-os como “coisas” que são imutáveis pela ação humana, flexíveis e maleáveis apenas enquanto reformas morais. Ficando longe do caráter contraditório do ser social, as críticas ao sistema capitalista podem ganhar uma aparência de radicalidade, quando em substância jamais penetram em suas vigas centrais.

Lembremo-nos também que toda razão reivindicada se refere sempre ao real, por isso para compreender os intuitos instrumentais com que essa razão empobrecida pretende concretamente manipular a organização da sociedade (previsibilidade, operacionalidade e burocracia são aqui apenas sinônimos) de acordo com as finalidades da mercadoria (NETTO, 1994), precisamos nos colocar a pergunta: qual a particularidade do real vivido por Alberto Torres? Essa questão é fundamental para compreender o chão do qual brotam as ideias do sociólogo fluminense.

Ora, o capitalismo brasileiro dos dias de Alberto Torres era ainda hegemônico pela fração do grande capital cafeeiro, veiculando idelogicamente sua pretensa vocação agrário-exportadora. Vale lembrar que o Brasil nasce estruturando-se a partir de sua própria germinação pelo sentido colonizador de que nos fala Caio Prado Júnior (2004), conceito que porta a capacidade de expressar como o Brasil geneticamente serve aos interesses de acumulação originária do capitalismo como modo de produção europeu e norte-americano. Mais ainda: esse

ontem ouvi de uma senhora muito bonita, muito amável e que, no entanto, pensa, ‘quem dança não conspira’. Esta expressão, que é mais profunda do que parece, dá bem a chave das coisas.” (Apud MORAES FILHO, 1983, p. 8). Nos dois textos, a mesma sensibilidade sentimental para a miséria e a mesma incredulidade face aquilo que será designado como “exclusivismo de classe” e, por fim, a mesma solução reducionista restrita ao subjetivismo, excluindo qualquer modificação na estrutura fundamental econômica.

sentido, ao contrário de ser rompido, foi mantido, rearticulado e reproduzido sobre novas bases encontrando-se no nível mais elevado, pois mais capaz de representar os interesses da fração agrário-exportadora, quando da chamada “República Velha” (1889-1930). Em poucas palavras, tinha-se então o auge desse sentido da colonização. Por consequência, havia também um espaço muito semelhante ao encontrado por Comte e por sua Física Social para o desenvolvimento burguês. Existia a possibilidade de galgar o estágio industrial, o modo especificamente capitalista de produção de mercadorias. Mas vale lembrar também: essa industrialização seria de forma hiper-tardia, pois tanto as revoluções burguesas clássicas já haviam conquistados seus espaços, o que indica que a forma de ruptura radical havia sido abandonada após a Revolução Francesa, como as próprias industrializações dos países que haviam atingido a sua via de entificação do capitalismo de forma tardia como Alemanha, Itália e Japão por volta de 1870, já a haviam consolidado há quase 50 anos. O Brasil de Alberto Torres vivia num período de aguçado conflito mundial, nas palavras de Lenin (1978), numa situação onde as relações interimperialistas já apresentavam uma “rivalidade centuplicada”.

Todavia, como se sabe, o conteúdo propriamente dito das ideias de Alberto Torres é ruralista, tendencialmente voltado para a defesa do pequeno proprietário, embora não seja propriamente regressivo como são as teses integralistas de Plínio Salgado (CHÁSIN, 1978). Desta forma, cremos que é possível explicar essa contradição pelo fato de Alberto Torres escrever seus principais estudos em um momento onde as contradições que minariam a base do regime agrário-exportador do grande capital cafeeiro estarem ainda muito incipientes na década de 1910, embora já latentes. Há toda uma bibliografia econômica que constata como só na década de 1920 é que o grande capital cafeeiro se desagrega permitindo aos demais setores ganhar uma autonomia própria, em especial o departamento de bens de produção, capaz de proporcionar as bases para uma forma industrial de desenvolvimento, ainda que restringida.⁶ Além disso, na década de 1910 a ideologia da chamada vocação agrícola do país, propagada pela economia clássica, bem como das chamadas nefastas indústrias artificiais, eram bastante esmagadoras e não haviam entrado em crise de hegemonia como aconteceria na década de 1920.

Nesse sentido, o fato de Alberto Torres ser um pensador de um período de transição faz com que suas obras reverberem ainda mais as profundas contradições do tempo. Mas como representante deste particular fenômeno ele não está sozinho na história da ideologia burguesa. Lukács em sua proposta de compreender o movimento d’A destruição da razão que a filosofia

⁶ Diante da natureza do artigo e do enfoque da nossa discussão, limitamo-nos aqui a indicar o escopo central de tal bibliografia: MELLO, 1982; SAES, 1986; AURELIANO, 1989; CANO, 2012; SILVA, 1995.

alemã ajudaria a promover na esfera ideológica auxiliando a ascensão do nazismo na Alemanha elenca dois exemplos que podem ser trazidos aqui para compreendermos a especificidade do problema. Blaise Pascal (1623-1662), pensador francês e contemporâneo de Descartes, em uma linha dupla de sentido, de um lado, já conseguia perceber as consequências desumanizadoras dos efeitos do capitalismo nascente, então ainda na forma do absolutismo monárquico, e promovia uma descrição aguda da sociedade nobre em dissolução. Porém, ao invés de avançar na crítica demolidora dos problemas de sua época, prefere se deter diante deles, criticando o racionalismo cartesiano, e se refugiando num “cristianismo dogmático”, (LUKÁCS, 2020, p. 102-103) que considera tais problemas insolúveis do ponto de vista do homem, solitariamente abandonado. Da mesma forma em Weber e Mannheim, sociólogos do período que antecede à vitória do fascismo alemão, existe um apelo para que se abandone os “regimes personalistas” tradicionais e o poder histórico e enrijecido da burocracia, bem como a defesa de que se implante uma democracia para tornar a Alemanha grande como a Inglaterra e a França, o grande sonho do pensador político alemão.⁷ O que une intelectuais de épocas distintas como Pascal, Weber e Mannheim é o fato de todos eles, em que pesem portarem efetivamente o desejo de combater a reação de suas respectivas épocas – o feudalismo em decadência para o primeiro e a ala mais reacionária do capital financeiro, fascistizante, da burguesia imperialista -, é que o medo de uma radical democratização da sociedade – existente para o primeiro período no iluminismo laico e no segundo concretamente no movimento operário, ainda que na forma reformista da social-democracia - acaba sendo muito maior. O resultado de todo esse contraditório movimento histórico é que nesses pensadores a corrosão da racionalidade não se dá tanto nos conteúdos afirmativos, que podem conter ainda elementos progressistas (se considerados isoladamente), mas no método proposto. Seja na “fenomenologia do desespero” de Pascal, no conceito de “intelectualidade livre nos seus movimentos” cunhado por Mannheim ou na teoria weberiana do “tipo ideal” fica demonstrado a incapacidade de oferecer soluções concretas ao avanço progressista da sociedade e o seu refúgio na corrosão da racionalidade para captar a essencialidade dos problemas humanos fundamentais.⁸

Cremos assim que mecanismos semelhantes nos ajudam a explicar a existência em Alberto Torres de elementos realmente democráticos, como a ausência de um viés racalista em

⁷ Crítica e resignação de Gabriel Cohn (1979) é dos trabalhos que oferecem precioso material sobre o pensamento de Weber, acompanhando os desdobramentos de uma crítica ao capitalismo, mas que não encontra saída e acaba por se resignar numa “neutralidade axiológica”, que impede a tomada de atitude política resolutiva.

⁸ O debate lukacsiano sobre Pascal encontra-se no Segundo capítulo de seu citado livro *A Destruição da razão* (2020), *A fundação do irracionalismo no período entre duas revoluções (1789-1848)*. As indicativas sobre Weber e Mannheim no sexto capítulo, intitulado *A sociologia alemã do período imperialista*.

seus escritos (IGLESIAS, 1978), muito comum a época, a defesa contundente do habeas corpus, bem como de outros direitos civis (SOBRINHO, 1968), e chegou-se a escrever sobre as fundamentais contribuições de Alberto Torres para o surgimento posterior de um “ruralismo pedagógico” (TOTTI; MACHADO, 2013). que demonstram seu esforço de escapar das posições autocráticas mais reacionárias da burguesia brasileira, mas em contrapartida ser ele quem inicia o chamado às razões de uma realidade nacional subjacente e o método da observação direta, por vezes mesmo intuitiva, para trazê-la novamente à superfície, professando doutrinariamente um método racional empobrecido.

Assim, também em Alberto Torres o desejo sincero de não capitular integralmente para a autocracia burguesa brasileira, de não se tornar um reacionário convicto, fazia com que o pensador não descartasse de todo o liberalismo e se preocupasse com problemas sociais (de maneira sempre subjetiva), crendo que tais questões pudessem ser mescladas à sua opaca concepção corporativista. Porém, seu horror de um crescente proletariado e das consequências da participação operária na política certamente era maior, a ponto de se chocar aqui com a existência de uma “verdadeira aristocracia dentro do próprio proletariado, escalado em vários degraus, da classe superior dos operários” (1978, p. 47), e alarmar-se com a possível vitória “das formas mais antipáticas e grosseiras da força bruta: a das maiorias inconscientes. Maiorias que não sabem ao que vêm, ao entrar no recinto das democracias, o mesmo papel de qualquer dos generais bárbaros do Baixo Império Romano” (1978, p. 90), em seus ímpetos incivilizados e sem cultura. E vale lembrar que Alberto Torres assim se expressa sem ter conhecido as grandes lutas da greve geral interna do ano de 1917 ou da Revolução Russa.⁹

Compreende-se, assim, como é desse medo da real socialização da democracia na realidade brasileira e da incapacidade de oferecer uma consistente contrapartida ao aprofundamento do movimento reacionário que brota a conseqüente corrosão, tendente sempre ao irracionalismo – basta recordar o apego a intuição, método próprio desta fase da filosofia burguesa imperialista -, da proposição e aplicação de Alberto Torres de uma abordagem

⁹ Segundo Adalberto Marson, a investigação da obra completa de Alberto Torres revelou apenas um único contato com organizações sindicalistas, e mesmo esta destituída de qualquer caráter socialista, como fora a consulta que lhe fez Francisco Sadock de Sá, representante do Círculo dos Operários da União. Solicitado a opinar como “sociólogo” sobre o problema operário e o programa da agremiação, a resposta de Alberto Torres, no ano de 1914, veio comprovar o caráter abstrato de sua abordagem, revelando também a dissolução dos conflitos sociais que sua análise promovia: “pela quantidade de população operária urbana em relação à população rural, e tendo em vista os ‘privilégios’ já adquiridos pelas organizações sociais urbanas, não se justificava o encaminhamento de lutas reivindicatórias exclusivas, menos ainda quando se vincula o problema da classe operária às questões políticas. Na visão do nacionalista, tanto o socialismo (ambição pelo poder) quanto o envolvimento da políticos com bases sindicais engrossavam a corrente da ‘anarquia’ social e política” (MARSON, 1979, p. 169).

racional corrompida localizada centralmente no positivismo. Desta forma, em Alberto Torres o reacionarismo se dá como mediação histórico-metodológica, “deseconomizando” a essência do capitalismo e fornecendo “nuanças irracionistas” (LUKÁCS, 2020), ofertando uma interpretação da realidade mediante uma razão corroída, desfigurada e empobrecida.

Considerações finais

A teoria deixada por Alberto Torres seria mais uma no rol de contribuições ao pensamento social brasileiro não fosse o fato da inexistência de visão de mundo inocente e de que o conhecimento produzido pela ciência social é sempre, de uma forma ou de outra, instrumento para a intervenção na realidade.

Elaborando suas ideias num tempo social onde as tomadas de posição de um pensador sempre encontram a interferência da luta entre socialismo e capitalismo monopolista, o jurista fluminense acabaria por fornecer as bases iniciais de um corpo ideológico capaz de instruir os setores da burguesia brasileira que desejavam avançar no desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sem, contudo, alterar seu perfil autocrático de domínio. Investigar a realidade social mediante as proposições filosófico-metodológicas do fisicalismo positivista significaria que Alberto Torres estava se propondo a captar interesses da burguesia brasileira, que eram, a um só tempo, tanto de avanço no seu desenvolvimento de classe, quanto do viés autocrático, aquele que restringe sempre o caráter dessas transformações à rearticulação intraclasses dessa burguesia, alijando sempre as classes populares de participação do poder (MAZZEO, 1999). Esse é o real significado da função social do método germinado por Alberto Torres, podemos mesmo dizer, com traços de genialidade, já que muito antes do estourar das contradições que tornariam de fato objetivamente possível uma nova forma de ser da autocracia brasileira (década de 1920).

A ideia de encontrar uma realidade verdadeiramente nacional, subjacente ao regime federalista agrário-exportador, pelo método de observação direta e objetiva, consoante ao fisicalismo, seria desenvolvida mais tarde por outros pensadores oferecendo a Vargas no decorrer da década de 1920 a consciência desses interesses, proporcionando-lhe uma matriz ideológica capaz de dirigir uma forma muito específica de ser da autocracia brasileira, pois que progressiva quando sua tendência histórica geral é ser regressiva (CHÁSIN, 2000).

Após os impactos mais diretos da Revolução Russa de 1917 – e da grande greve operária brasileira daquele mesmo ano -, Oliveira Vianna seria o grande continuador das pesquisas de “observação direta” da realidade brasileira e de compreensão de sua natureza pelo “meio cósmico”, realidade geográfica e determinação do ambiente como ensinava Alberto Torres. Mas, ao contrário deste, o reacionarismo já se encontrava em evidência também no conteúdo de suas obras. Portador de teoria racista, de uma decidida missão de destruir até mesmo as instituições democrático-liberais como o parlamento e os partidos políticos, as contribuições do autor de *Evolução do Povo Brasileiro*, livro chave de seu pensamento, já poderiam ser elencadas sem qualquer dúvida dentro daquilo que a literatura designa genérica e vagamente como autoritarismo. Azevedo Amaral, em nossa ótica, seria aquele que contribuiria com diagnósticos-propositivos finais para que Vargas, assentado nas contradições do grande capital cafeeiro que desembocava no desenvolvimento de um significativo departamento de bens de produção na década de 1920, implementasse nos 15 anos de seu primeiro governo um projeto industrializante, capaz de redefinir, em um patamar superior, os termos da dependência brasileira no cenário internacional, sem, contudo, romper com sua sociabilidade autocrática, própria de uma incompletude econômica histórica.

Contudo, é a Alberto Torres que se deve os primeiros indicativos metodológicos deste conjunto doutrinário de representações que denominamos em nossa tese de razão autocrática (com um núcleo duro de formação positivista que os une a todos, inclusive o próprio Vargas). Sendo o pensador capaz de captar muito embrionariamente, por isso mais em termos de mediação histórico-metodológica do que de conteúdo, Alberto Torres daria início a constituição de um poderoso complexo ideológico que se tornaria dominante durante o período 1930-1945. Matriz ideológica que, segundo Lukács (2010), não se define pelo critério de ser falsa ou verdadeira, mas sim pela função que cumpre, de esclarecer os interesses de sua classe. Porém, na medida em que o conteúdo desse corpo ideológico é falso, mas um falseamento necessário, já que após 1848 a burguesia não pode mais valer-se da razão dialética para encontrar os reais problemas sociais e levar sua resolução até o fim, as prévia-ideações de Alberto Torres iniciam um vigoroso complexo ideológico esclarecendo o dirigente máximo gaúcho e fomentando uma autocracia progressiva.

Referências

- AURELIANO, L. *No limiar da industrialização*. Campinas: UNICAMP, IE, 1999.
- CANO, W. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. *Revista Economia*, Brasília, v. 13, set-dez 2012, p. 897-916.
- CARONE, Edgard. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: DIFEL, 1970.
- CHÁSIN, José. *O integralismo de Plínio Salgado*. forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- _____. *A miséria brasileira*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.
- COHN, Gabriel. *Crítica e resignação: fundamentos da sociologia de Max Weber*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão popular, 2010.
- DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. São Paulo: Livraria exposição do livro, [s/d].
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Abril Cultural, 1a. edição, série “Os Pensadores”. 1973.
- GENTIL, Alcides. *As ideias de Alberto Torres*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1932.
- IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio à terceira edição. In: TORRES, A. *A organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p. 11-31.
- KOFLER, Leo. *História e dialética*. Estudos sobre a metodologia da dialética marxista. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. São Paulo: Unesp, 2002.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- LIMA, Augusto Saboia. *Alberto Torres e sua obra*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades mortas*. In: _____. *Cidades mortas*. Contos e impressões. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia editores, 1921. p. 3-5.
- LOWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2009.
- LUKÁCS, Gyorg. Marx e o problema da decadência ideológica. In: _____. *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968. p. 51-103.
- _____. *A destruição da Razão*. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.
- _____. *Concepção aristocrática e concepção democrática de mundo*. In: _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p. 25-53.

- _____. As bases ontológicas da atividade e do pensamento do homem. In: _____. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p. 225-245.
- _____. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARSON, A. *A ideologia nacionalista em Alberto Torres*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MELLO, J. M. C. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação brasileira e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MORAES FILHO, Evaristo de. Introdução. In: COMTE, A. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-49.
- NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 44, 1994, p. 26-42.
- PINHO, Sílvia Oliveira Campos de. *Alberto Torres: uma obra, várias leituras*. 2007. 246f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1995.
- TONET, Ivo. *Método científico: uma abordagem ontológica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro: introdução a um projeto de organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978a. (Brasiliana, v. 16).
- _____. *A organização nacional*. São Paulo: Editora Nacional, 1978b. (Brasiliana, v. 17).
- TOTTI, Marcelo Augusto; MACHADO, Vitor. O pensamento de Alberto Torres e a educação rural no Brasil: contribuições ao surgimento do ruralismo pedagógico. *Revista de ciência da educação*. Americana, Ano XV, v. 02, n. 19, p. 100-122, jun-dez 2013.